



# Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



**Volume XIV, n. 17, set. 2020**  
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

## **EIXO 17 - EDUCAÇÃO E PESQUISA EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS.**

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**

DOI: <http://dx.doi.org/10.29380/2020.14.17.04>

Recebido em: **31/07/2020**

Aprovado em: **01/08/2020**

MOVIMENTOS CULTURAIS: UMA REFLEXÃO ENTRE O COLETIVO E O INDIVIDUAL;  
CULTURAL MOVEMENTS: A REFLECTION BETWEEN THE COLLECTIVE AND THE  
INDIVIDUAL; MOVIMIENTOS CULTURALES: UNA REFLEXIÓN ENTRE LO  
COLECTIVO Y LO INDIVIDUAL

EMANUELLE DE OLIVEIRA SOUZA

[HTTPS://ORCID.ORG/0000-0003-0985-3272](https://orcid.org/0000-0003-0985-3272)

ROSEMEIRE REIS

## **RESUMO**

Este artigo parte de uma pesquisa documental com o objetivo de refletir sobre os movimentos sociais e os movimentos culturais, partindo de uma breve noção sobre as teorias dos movimentos sociais e, em seguida, refletindo sobre a ampliação desse conceito diante das mudanças na sociedade globalizada, o que gerou mudanças, tanto nas práticas dos movimentos quanto nas discussões teóricas. Essas mudanças criam a necessidade de investigações a partir de um olhar que considere o processo contemporâneo de individualização e a interdependência entre as instâncias de socialização e as singularidades/pluralidades dos indivíduos. Como resultados das análises dos textos aqui tratados, percebe-se a importância de voltarmos o olhar para o potencial formativo dos movimentos culturais e seu impacto nas construções identitárias e nas biografias de jovens atuantes nesse âmbito.

Palavras-chave: Movimentos culturais, Identidades, Juventudes

## **ABSTRACT**

This article is based on documentary research in order to reflect on the social movements and cultural movements, starting from a brief idea about the theories of social movements and then reflecting on the extension of this concept in the face of changes in global society, which led to changes both in the practice of movements as in theoretical discussions. These changes create the need for investigations from a perspective that considers the contemporary process of individualization and the interdependence between instances of socialization and the singularities / pluralities of individuals. As a result of the analysis of the texts dealt with here, the importance of looking at the formative potential of cultural movements and their impact on identity constructions and the biographies of young people working in this area is perceived..

Keywords: Cultural movements, Identities, Youth

## **RESUMEN**

Este artículo parte de una investigación documental con el objetivo de reflexionar sobre los movimientos sociales y culturales, comenzando por una breve noción sobre las teorías de los movimientos sociales y, luego, reflexionando sobre la expansión de este concepto frente a los cambios en la sociedad globalizada, que generó cambios, tanto en las prácticas de movimiento como en las discusiones teóricas. Estos cambios crean la necesidad de investigaciones desde una perspectiva que considere el proceso contemporáneo de individualización y la interdependencia entre las instancias de socialización y las singularidades / pluralidades de los individuos. Como resultado del análisis de los textos tratados aquí, se percibe la importancia de observar el potencial formativo de los movimientos culturales y su impacto en las construcciones de identidad y las biografías de los jóvenes que trabajan en esta área.

Palabras-clave: Movimientos culturales, Identidades, Juventudes

## Introdução

Durante pesquisa de Mestrado, realizada junto a jovens estudantes em Maceió, Alagoas, concluída no ano de 2012, foi possível observar que as discussões realizadas em virtude dessa pesquisa fomentaram nos/as jovens envolvidos uma reflexão individual e coletiva sobre o que os mesmos conhecem a respeito de suas referências culturais, como alagoanos e como jovens, e o quanto esse assunto é invisível no ambiente escolar.

Entre os/as jovens participantes da pesquisa, três atraíram nosso interesse de modo especial por seu desempenho durante os grupos de discussão. Coincidentemente, os três atuavam em movimentos culturais: um no movimento hip hop; um em uma Organização Não-Governamental (ONG) voltada ao público LGBT; e outro junto a uma igreja cristã. Com estes foram realizadas entrevistas individuais tratando de aspectos mais específicos referentes às múltiplas identidades juvenis que se apresentaram durante as discussões nos grupos e que buscamos aprofundar junto aos entrevistados; aspectos identitários ligados à subjetividade e à individualidade, como: a relação com a família, a religiosidade, a relação com o saber, a participação política, a experiência com drogas, *questões de identidade e expressão de gênero*, a vivência do mundo do trabalho; que podiam influenciar a representação que esses sujeitos tinham de si enquanto estudantes e enquanto jovens alagoanos.

Consideramos que esses aspectos observados nas entrevistas tanto apontaram para questões amplas da condição juvenil como nos fizeram considerar que a individualidade e a experiência pessoal de cada um dos sujeitos, fornecem um pano de fundo que precisa ser observado. Trata-se da relação entre as construções identitárias e a constituição do saber significativo, que nem sempre é exclusivo da escola, pois remete a contextos sociais e subjetivos, particulares de cada um dos jovens enquanto sujeitos socioculturais. Nesse processo de construção de conhecimento, existe – aliada à escola, mas nem sempre em contato com esta – a atuação de coletivos culturais que colaboram consistentemente na formação desses jovens para a vida. Partilhamos a perspectiva de Charlot (2000), Reis (2012) de que se aprende em todos os espaços vivenciados. Para nos tornar humanos, singulares e sociais precisamos aprender. Nesse processo construímos nossa relação com o mundo, com os outros e com nós mesmos (“relação com o saber”). Portanto, a escola é um dos espaços importantes de aprendizado, mas não exclusivo para a relação com o saber que construímos.

Pensando nisso, identificamos a importância de investigar a influência da atuação desses coletivos juvenis na formação de jovens que deles participam e como isso se agrega à sua formação na educação formal. Nesses coletivos são produzidos saberes, resistências, modos de expressão, de legitimação de identidades culturais geralmente invisibilizadas, que contribuem para uma articulação, ressignificação e perspectiva crítica em relação aos saberes veiculados na escola. Esses processos formativos podem se nutrir reciprocamente e mobilizar os/as jovens para a ampliação de seus conhecimentos.

Porém, uma questão precede às demais, desde o início desses questionamentos: movimentos culturais constituem-se como movimentos sociais? Este artigo pretende refletir sobre esses dois conceitos, suas aproximações e distanciamentos e como as mudanças na sociedade como um todo refletiram na constituição desses movimentos.

Para tanto, realizamos uma pesquisa documental, fundamentada em estudos sobre os movimentos sociais (GONH, 2006; ARROYO, 2003) buscando compreender como se delineou esse conceito no decorrer das pesquisas sobre o tema e diante das transformações pelas quais passou a sociedade, o que impactou tanto nas causas que motivam esses movimentos como nas diversas formas de atuação dos mesmos. Uma vez que nosso interesse de pesquisa é, primordialmente, os jovens e sua relação com a educação, fundamentamo-nos também em estudos sobre culturas juvenis (PAIS, 2003; MISCHE, 1997), juventudes e educação (DAYRELL, 2007). Além disso, baseamo-nos em textos

que tratam de estudos relacionados aos processos identitários, às noções de indivíduo e ao processo de individuação (DUBAR, 2009; ELIAS, 1994; GIDDENS, 2002; DUBET, 1994, LAHIRE, 2002; MARTUCELLI, 2007), buscando orientar nosso olhar sobre a relação entre as juventudes e a atuação em movimentos culturais considerando o processo de individuação/socialização, como uma das dimensões constitutivas dos processos identitários e da formação do ser social singular.

Iniciaremos com uma breve noção sobre as teorias dos movimentos sociais, em seguida refletiremos sobre a ampliação desse conceito diante das mudanças na sociedade globalizada, com a reivindicação de direitos associados à cultura sendo agregada aos chamados movimentos sociais clássicos, gerando mudanças, tanto nas práticas dos movimentos quanto nas discussões teóricas. Refletiremos sobre como essas mudanças tornam necessárias investigações sobre essa “nova” configuração de movimentos sociais – os movimentos culturais – a partir de um olhar que considere o processo contemporâneo de individualização e a interdependência entre as instâncias de socialização e as singularidades/pluralidades dos indivíduos. Por fim ressaltaremos a importância desse olhar também para o potencial formativo desses movimentos e seu impacto nas construções identitárias e nas biografias de jovens atuantes nesse âmbito, discutindo como a investigação sobre esses sujeitos envolve a discussão sobre identidades e o paradoxo envolvido na sua configuração: aquilo que existe de único e aquilo que é partilhado.

### **Uma breve noção sobre as teorias dos movimentos sociais**

Entre as teorias clássicas sobre as ações coletivas, Gohn (2006) agrupa cinco grandes correntes, das quais, três a autora chama de teorias dos movimentos sociais, e duas, como ações sociais, seguindo a denominação dos pesquisadores que as formularam. É importante ressaltar que, apesar dessas correntes terem predominado em uma ou outra década, todas coexistiram em algum momento, não sendo possível traçar uma linha do tempo precisa de quando uma teoria se inicia e outra termina.

A primeira corrente é composta pela Escola de Chicago e alguns interacionistas e originou a primeira teoria sobre os movimentos sociais. A segunda corrente foi desenvolvida entre os anos de 1940 e 1950 e liderada por Eric Fromm, com suas teorias sobre a sociedade de massas; Hoffer, que era militante de movimentos sociais; e K. Kornhauser, que caracterizava os movimentos como irracionais e antimodernos; e. A terceira corrente predominou nos anos 1950 e buscava entender tanto os movimentos revolucionários quanto as mobilizações partidárias, articulando as classes e as relações sociais de produção entre seus estudos estão as obras de S. Lipset e Herbele; este registrou em seus trabalhos a segunda grande teoria específica dos movimentos sociais. A quarta corrente combinou as teorias da Escola de Chicago com a teoria da ação social de Parsons, para analisar desde as formas elementares de comportamento coletivo até a construção das ações coletivas em grande escala, porém desvinculando-se da estrutura política e retomando a abordagem psicossocial. Destacam-se os trabalhos de Goffman, Turner e Killian e Smelser; este, trazendo em seus trabalhos a terceira grande teoria sobre os movimentos sociais. A quinta grande corrente, na qual se destacam os trabalhos de Gusfield, Selznick e Messinger foi denominada corrente organizacional-institucional e não gerou nenhuma teoria específica, mesmo tendo grande influência nas teorias que substituíram o paradigma clássico. Essa corrente foi retomada por alguns pesquisadores de movimentos sociais nos anos de 1990.

Entre as teorias contemporâneas da ação coletiva e dos movimentos sociais, destacam-se às teorias norte-americanas: a teoria da Mobilização de Recursos e a abordagem histórica. A primeira partiu da rejeição da ênfase aos sentimentos e ressentimentos dos grupos coletivos, dada pelo paradigma tradicional, rejeitando assim a psicologia como foco explicativo; o papel das crenças compartilhadas e da identidade pessoal, já que tudo isso estaria relacionado ao comportamento irracional das massas. Zald e McCarthy foram os principais autores da primeira fase da Mobilização de Recursos, baseando suas análises na lógica do capitalismo burocratizado para descrever as relações entre os grupos e a

sociedade em geral, na qual seria utilizada uma forma de administração empres sendo movidos “não apenas pelos interesses de seus membros, mas também pelos de agentes governamentais, entidades particulares e muitas outras organizações interessados na promoção do produto objeto de demanda do movimento ou que ganhariam algo com ela” (GOHN, 2006, p. 52). Ou seja, nessa teoria, os movimentos sociais eram considerados como um segmento de mercado, em que os grupos competiam por adeptos e por recursos. Os dois autores supracitados subdividiram os movimentos em duas esferas: a do “conflito” e a do “consenso”; relacionando essa relação com a sociedade ao sucesso na mobilização e obtenção de recursos. Essa classificação norteou os trabalhos durante as décadas de 1970 e 1980, sendo que em 1988, por meio da colaboração entre McCarthy e Woolfson, foi inserida na discussão a questão da “mudança social”.

A partir da crítica ao paradigma clássico e analisando os movimentos sociais que surgiram nos anos de 1960, alguns teóricos – entre eles, Touraine, Offe, Melucci, Laclau e Mouffe – passaram a buscar uma interpretação com ênfase na cultura, ideologia, o cotidiano e o processo de identidade criado entre as pessoas de um grupo ou movimento social. Esse modelo teórico foi denominado paradigma dos Novos Movimentos Sociais no qual, segundo GOHN, o termo “Novos” refere-se a uma nova forma de fazer política e à politização de novos temas (*ibid.*, p. 124). Neste sentido, Cohen também associa a tomada de consciência dos atores quanto à sua “capacidade de criar identidades e relações de poder envolvidos nesta construção social” (COHEN, *apud* GOHN, 2006, p. 125).

Nesse modelo, as categorias de classe perdem a relevância, considerando-se prioritariamente as categorias da cultura, relacionadas diretamente às ideologias; considera-se principalmente a possibilidade de mudança a partir da ação do indivíduo, fugindo da concepção do sujeito histórico, predeterminado, dando lugar a um sujeito coletivo, solidário, comunitário, não-hierarquizado, que critica os efeitos nocivos da modernidade. A interpretação da política também assume a dimensão da vida e das práticas sociais, não apenas hierarquicamente sob a dimensão do Estado, mas nas relações microssociais e culturais.

Observe-se que se enfatiza a identidade coletiva criada por grupos e não a identidade social criada por estruturas sociais que preconfiguram certas características dos indivíduos. Os atores produzem a ação coletiva, nos dizeres de Melucci, porque são capazes de se autodefinir, a si mesmos e a seu relacionamento como meio ambiente. (*ibid.*, p. 123)

Nos Novos Movimentos Sociais, a identidade coletiva passa a ser mais importante que a racionalidade estratégica defendida pelos teóricos americanos e essa importância consiste no fundamento do entendimento das motivações dos atores sociais que agem nos movimentos sociais. Anteriormente, em 1969, Turner e Klapp, já haviam inserido a identidade entre as categorias de análise dos movimentos sociais, porém era considerado apenas o aspecto individual desse conceito, uma perspectiva advinda do interacionismo simbólico que, segundo GOHN “vê a cultura como crenças, metas, expectativas e motivações, também influenciará o paradigma dos Novos Movimentos Sociais na formação das representações” (*ibid.*, p. 124). Nesse paradigma os movimentos sociais são constituídos pela sua identidade; crescem em função da defesa desta e norteiam suas ações a partir desse aspecto. A distinção entre essa “identidade orientada” e a estratégia orientada, que era referência no paradigma anterior, foi introduzida por Jean Cohen, em 1992, enfatizando que dificilmente se consegue explicar a dinâmica dos movimentos sociais se compreender o processo de constituição da identidade de um grupo e quais as motivações dos diversos atores sociais envolvidos, sendo assim, o paradigma dos Novos Movimentos Sociais define-se com base na identidade coletiva, a partir das identidades dos indivíduos.

Essa mudança de eixo das demandas da economia para as demandas culturais, criou uma nova organização nos movimentos, que passaram a ser menos hierarquizados e com maior abertura à participação. As antigas estruturas centradas em líderes com forte poder de comando por meio da

oratória deram lugar às ações em redes de cooperação em eventos e campanhas e ressalta-se a multiplicidade de orientações presentes em cada movimento e isso explica a preocupação com as identidades coletivas, em razão do aumento da fragmentação e pluralidade de realidades sociais. (MELUCCI; TAYLOR; WITTIER, apud Gohn, 2006, p. 126)

É importante ressaltar que, para Gohn, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais está incompleta, devido à falta de explicitação dos conceitos que a sustentam. A teoria dos Novos Movimentos Sociais usou o clássico binômio causa-efeito, sem entrar no mérito do conjunto de processos que configuraram os movimentos como tais. (GOHN, 2006, p. 129). Segundo a autora, a teoria extraiu da política a questão da ideologia, considerando-a como um conjunto de representações que configuram uma visão de mundo, porém, não tratou do caráter dessas representações coletivas enquanto parte de projetos políticos mais abrangentes.

F. Alberoni baseia-se em Weber e aponta para “a ruptura entre os sistemas de sociedade e a criação de novas solidariedades, situando os movimentos sociais num processo contínuo que teria por desfecho sua institucionalização” (*ibid.*, p. 131). Segundo o autor os movimentos sociais partem de dois fenômenos coletivos: os fenômenos agregados baseados apenas em comportamentos similares, que não formam criam laços que formariam identidades; e os fenômenos de grupo, baseados em comportamentos similares quem dão origem a novas coletividades.

Percebemos que o paradigma dos novos movimentos sociais traz para a discussão aspectos como a subjetividade, o cotidiano, a autonomia dos indivíduos. Para Guattari – que deteve suas análises aos movimentos alternativos ou de contracultura de massas – os movimentos não buscam capitalizar poder ou saber, mas sim concretizar outras formas de organização; não buscam o consenso, mas sim uma ação analítica sobre a sociedade.

Touraine que dedicou seus estudos à análise dos movimentos sociais. Desde a década de 1960 traça análises sobre o tema, no estudo do comportamento da classe trabalhadora, partindo da noção de projeto, apontando que as possibilidades de sentidos dados pelos atores às suas condutas permanecem abertas, confrontando-se com o sentido dado pelo sistema social. No final da década de 1970, Touraine deixa de priorizar a classe operária em seus estudos, voltando seu olhar para outros grupos, como o movimento estudantil, abordando o tema da reflexividade da análise social. O autor passa a definir os movimentos sociais como força central, “parte do sistema de forças sociais dessa sociedade, disputando a direção de seu campo cultural” (*ibid.*, p. 146), identificando as lutas como elementos de reposição da ordem social. As análises do autor passam a pautar-se na teoria da ação social – centrada nas relações sociais e no desempenho dos atores sociais – e na teoria dos conflitos na qual o ator elenca seis categorias básicas de conflito:

os que perseguem interesses coletivos; os que se desenrolam ao redor da reconstrução da identidade social, cultural ou política de um grupo; os que são forças política que buscam a mudanças das regras do jogo; os que defendem o *\_status quo\_* e os privilégios; os conflitos derivados da busca de controle dos principais modelos culturais; e os conflitos derivados da busca de construção de uma nova ordem social. Pra Touraine, os movimentos sociais derivam fundamentalmente dos conflitos ao redor do controle dos modelos culturais (Touraine, 1985). (*ibid.*, p. 146)

A partir dos anos de 1980, seus estudos se voltaram à América Latina onde estudou diversos movimentos, nos quais identificou diversos tipos de conduta – reivindicativa, revolucionária, populista e comunitarista. Touraine continuou analisando os movimentos sociais a partir das classes conflitos sociais, afirmando que os movimentos opõem uma classe à outra, uma categoria social a outra, não se preocupando com a intencionalidade dos atores nem com os motivos que os levam a se engajar em ações coletivas, porém, a partir dos anos de 1990, com as transformações envolvendo o

sistema capitalista, o mundo do trabalho e a sociedade em geral, Touraine revê sua teoria e identifica uma crise na noção de movimento social gerada pela mudança na origem dos conflitos que não estão prioritariamente na divergência de interesses entre burguesia e trabalhadores, mas passa a centrar-se em outros aspectos como o mundo do consumo como espaço de relações sociais, a importância das comunicações, o crescimento do individualismo, a dissociação entre o mundo dos negócios e da cultura. O autor explicitou suas diferenças em relação a Marx afirmando: “a noção de movimento social deve tomar o lugar da noção de classe social” (TOURRAINE, *apud* GOHN, 2006, p. 152). Diante dessas mudanças globais, o autor afirma que as novas contestações visam, não mais a criação de um novo modelo de sociedade, mas a defesa dos direitos do ser humano em suas necessidades mais variadas, mobilizando princípios e sentimentos.

Enquanto Touraine volta seu olhar ao plano macrossocial, Melucci volta suas reflexões para o plano micro, com enfoque psicossocial, combinando a subjetividade das pessoas com a análise das condições político-ideológicas do contexto histórico. Criador do conceito de “Novos Movimentos Sociais”, ele é reconhecido com um dos fundadores do paradigma da identidade coletiva. Melucci define a ação coletiva como:

um conjunto de práticas sociais que envolvem simultaneamente certo número de indivíduos ou grupos que apresentam características morfológicas similares em contiguidade de tempo e espaço, implicando um campo de relacionamentos sociais e a capacidade das pessoas de incluir o sentido do que estão fazendo (MELUCCI, *apud* GOHN, 2006, p. 152)

Opondo-se à visão marxista, Melucci aponta que os movimentos sociais, não como expressões fiéis das condições estruturais da classe, mas como o fruto de um processo relacional que cria a identidade coletiva do grupo e na qual os atores constroem suas ações. Nesse processo relacional os movimentos questionam-se e percebem-se em sua própria identidade coletiva e é nele que os atores individuais se reconhecem e recriam suas identidades. Assim, Melucci define identidade coletiva como “uma definição interativa e compartilhada, produzida por certo número de indivíduos (ou grupos em níveis mais complexos) em relação à orientação de suas ações e ao campo de oportunidades e constrangimentos onde estas ações têm lugar” (MELUCCI, *apud* GOHN, 2006, p. 158). Importante destacar que, nesse âmbito das relações, estão incluídas as trocas afetivas e emocionais que permitem que os indivíduos se sintam parte de uma unidade em comum, essa dimensão ultrapassa questões de custo benefício no sentido econômico, pois envolve o âmbito dos sentimentos e das ideias.

A identidade coletiva é também um processo de aprendizagem – aprendizagem do sistema de relações e representações que compõem as ações coletivas dos movimentos. Há uma autoreflexão sobre o significado das ações que é incorporada à práxis do grupo. Este processo é histórico e tem caráter público, pois os atores coletivos têm sempre uma identidade pública [...] Os atores coletivos desenvolvem a capacidade de resolver problemas criados pelo meio que os circunda e tornam-se progressivamente, independentes e autônomos em sua capacidade para a ação dentro da rede de relacionamentos nos quais estão situados. (MELUCCI, *apud* GOHN, 2006, p. 159 - 160)

Nesse contexto, solidariedades surgem das incertezas e das diversidades e as ideologias assumem um papel organizacional e estratégico, pois integra os comportamentos e estabiliza rituais. Essa percepção da função estratégica da ideologia faz com que as análises de Melucci se aproximem da teoria da Mobilização de Recursos, porém o autor chama a atenção a importância de se pesquisar as experiências vividas pelos atores sociais a partir de seus valores, suas crenças, sua subjetividade e sua organização em redes, uma vez que para Melucci, as motivações dos atores não pode ser

considerada exclusivamente individual, pois as metas e planos surgem de grupos estabelecidos; “as lideranças são elementos-chave para construir e manter a identidade coletiva de um grupo, para gerar inovações assim como para articular o movimento em suas conexões e redes” (GOHN, 2006, p. 163).

Os estudos históricos de Hobsbawm buscam recuperar as condições concretas de vida, projetos, lutas e movimentos das classes trabalhadoras e traz uma série de contribuições teóricas e metodológicas para os estudos sobre os movimentos sociais. O autor distingue os movimentos revolucionários dos movimentos reformistas: estes visam o aperfeiçoamento da estrutura existente por meio de reformas precisas onde se manifestam os abusos; já os primeiros, visam a transformação essencial ou a substituição total do sistema social opressor. Segundo o autor, essa diferença de objetivos tem reflexo nos comportamentos, táticas e estratégias de ambos.

Hobsbawm reflete sobre a “política de identidade”, termo referente aos processos interpretados como mudanças culturais que partem do declínio do movimento operário e do surgimento de novas forças sociais que trouxeram um novo olhar para a esquerda, já que a maioria dessas forças “rejeitam o universalismo da política democrática e cidadã em favor da política de alguma identidade grupal”; esse processo também envolve a adesão dos jovens aos novos movimentos sociais com pautas diversas, das quais destaca-se as de natureza ecológica. Para Hobsbawm esses movimentos tinham um caráter nostálgico pois

buscavam recuperar uma hipotética era passada de ordem e segurança, sem problemas. Tais movimentos eram mais gritos de socorro que portadores de programas-gritos pedindo um pouco de “comunidade” a que pertencer num mundo anômico; um pouco de família a que pertencer num mundo de seres socialmente isolados; um pouco de refúgio na selva. (HOBSBAWM, *apud* GOHN, 2006, p. 203)

Percebe-se em Hobsbawm um olhar voltado para a importância do estilo de vida comum para a formação de consciência social dos indivíduos nos meios urbanos. “a taverna era como a igreja do trabalhador europeu do século XIX. Ela tinha um papel central na vida social e associativa, assim como na formação de um estilo comum de pensamento” (GOHN, 2006, p. 202) Esse pensamento nos interessa uma vez que buscamos em nossos estudos compreender a socialização nos diversos grupos e a sua importância na formação dos indivíduos quanto à consciência de si e do mundo.

Seguindo essa mesma linha e aprofundando as reflexões sobre os valores, a cultura e a teoria política, Thompson trabalha com a experiência histórica, considerando aspectos como os sentimentos, os valores e a consciência. Para ele, é “pela experiência que os homens se tornam sujeitos” (THOMPSON, *apud* GOHN, 2006, p. 204), por meio da práxis que surge da luta e da reflexão pessoal e do grupo social. Sua contribuição para os estudos dos movimentos sociais envolve a observação do cotidiano das camadas populares buscando a apreensão de suas vivências e a forma como as pessoas vivenciam suas carências e os momentos de ruptura gerados pelo sentimento de injustiça e de exclusão. Essa ruptura não necessariamente se refere à ordem social mais ampla, mas pode estar no âmbito da vida das pessoas. A unificação das experiências que projeta a luta que propicia a aprendizagem que gera a cultura política.

Na América Latina, Gohn afirma que existem muitas mobilizações de massa, mas pouca teorização sobre o tema e a análise desses trabalhos precisa ser relacionada às análises correntes nas ciências sociais latino-americanas a partir das décadas de 1960 e 1970. O controle social pelos regimes militares influenciou significativamente o foco desses estudos. No Brasil, as pesquisas eram, em geral, movidas pelo interesse em compreender os processos sociais que ocorriam na época e pelo desejo de lutar contra o regime militar. Nesse contexto surgiu uma onda de estudos sobre os movimentos populares. As teorias europeias, já mencionadas anteriormente, predominaram nesses estudos e a produção de conhecimentos estava estreitamente ligada à elaboração de estratégias

políticas e, por isso, havia uma preferência pelos teóricos que apresentavam não apenas reflexões teóricas mas que contribuíssem com diretrizes estratégicas para as ações políticas no contexto de repressão em que o país estava inserido. “Havia uma base teórica que consistia mais num guia de orientação político-estratégica para as ações futuras do que num referencial explicativo sobre o passado imediato” (GOHN, 2006, p. 215). Segundo Gohn isso explica a predominância do caráter empírico das pesquisas latino-americanas. Este pragmatismo também está relacionado às influências ideológicas de partidos políticos nas relações com os movimentos, cujos pressupostos estavam ligados à nova esquerda, adotados pelos movimentos sociais atuantes na época, onde predominava o paradigma marxista, o que se refletia também no meio acadêmico. O que, para GOHN, provocou uma confusão entre o que deveria ser um pensamento crítico e tornava-se, algumas vezes, um pensamento dogmático.

Ao longo da década de 1980, a abordagem marxista passou a estagnar e dar lugar à dos Novos Movimentos Sociais, que também estagnaram nos anos de 1990, gerando uma “orfandade teórica” (*ibid.*, p. 218) como consequência das reflexões limitadas aos referenciais teóricos europeus.

A partir dos anos de 1990 surgiram novos olhares sobre os movimentos sociais no Brasil. As mudanças no cenário sociopolítico, inclusive com a decepção da sociedade civil em relação à política – tanto a das elites dirigentes, quanto a dos partidos políticos – e também com a expansão das Organizações Não Governamentais, que praticamente assumiram o papel dos movimentos sociais, gerou uma diminuição da capacidade de mobilização em comparação com a que era percebida nas décadas anteriores. Algumas categorias foram inseridas nos estudos da área, como a questão do cotidiano, da dicotomia entre o público e o privado, a cultura política presente nos espaços associativos. Segundo Gohn, houve uma ampliação da adesão a três correntes: a marxista, com a abordagem dada por Hobsbawm e Thompson; a antropológica com Geertz, Clastres e outros; e retomada dos estudos de Touraine, com a pesquisa-ação, especialmente na área da educação. Ocorre um afastamento das teorias macroestruturais. “A nova referência são os novos atores sociais – mulheres, jovens, negros, índios etc., e os pobres, os excluídos, apartados socialmente pela nova estruturação do mercado de trabalho” (*ibid.*, p. 287).

GOHN aponta para o grande desafio para os estudos latino americanos e, especialmente os brasileiros: a construção de categorias de análise que possibilitem a reflexão sobre nossa realidade, mesmo estando imersos na era da globalização. Ela alerta: “Acreditamos que o homem e sua forma de pensar são realidades universais. Mas sua forma de viver e representar o vivido tem características locais, regionais e nacionais peculiares.” (*ibid.*, p. 294). Para tentar sanar essa lacuna, ela sugere a utilização da metodologia da análise comparativa como uma alternativa para demarcar as diferenças, cuja percepção é tão necessária quando se trata da busca de uma identidade.

A partir dos anos de 1990, as transformações na conjuntura econômica e social, criam um contexto que impacta na configuração dos movimentos sociais no Brasil. A primazia do livre mercado sobre o Estado, uma tendência mundial, cria uma série de mudanças no âmbito do trabalho, com o aumento e a valorização do mercado informal e a modificação das relações trabalhistas, impostas em todo o mundo, fazendo com que a luta básica passe a ser a manutenção de qualquer emprego, muito antes da luta por melhores condições de trabalho. Mundialmente o mercado oligopolizado dita as regras, com uma prática de capital especulativo que migra de acordo com a lucratividade, sem compromisso com o desenvolvimento dos países onde investem. A lógica do menor custo, pulveriza os processos de produção em uma infinidade de mercados que diminuem a quantidade de empregados necessários e exigem maior qualificação para funções específicas. As intensas jornadas de trabalho e a escassez de empregos não permitem que os trabalhadores tenham tempo – ou capacidade organizativa, ou ousadia – para o envolvimento em lutas de classe; esse tipo de ação social passa a existir quase exclusivamente entre os funcionários públicos.

Na contramão do enfraquecimento dos movimentos populares urbanos da década de 1960 e 1990, cresce o movimento popular rural, com destaque ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o

MST, que ganhou destaque com sua luta em favor dos trabalhadores rurais pela posse de terras para produção agrícola. O movimento ganhou força aliando-se a entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), nos anos de 1970, e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) nos anos de 1980. A partir da década de 1990 o movimento passa a centrar forças na inserção na economia de mercado fomentando a produção nos assentamentos filiados para além da cultura de subsistência. Atualmente, é forte a participação do MST no comércio de produtos agrícolas, inclusive vencendo licitações para fornecimento de produtos aos setores públicos. Paralelamente, a violência nos conflitos por terras aumenta, com reações extremas dos proprietários de terras, incluindo assassinatos de militantes. O movimento ganhou a adesão da opinião pública, que, apesar de ser contra a invasão de terras, demonstra-se favorável devido à bandeira da reforma agrária que possibilitaria manter o homem do campo no campo, diminuindo a migração destes para as grandes cidades, onde sofriam com o desemprego e aumentavam as estatísticas negativas relacionadas à pobreza urbana.

A desigualdade social, a fome, a violência passaram a ser as causas das lutas dos movimentos que surgiram nas décadas de 1980 e 1990. Entre estes, Gohn destaca o Movimento Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida e o Movimento Viva Rio, ressaltando que as ações coletivas dos anos de 1990 “se apresentam mais como “Campanhas” do que como movimentos sociais” (*ibid.*, p. 306). O apelo à solidariedade e a cidadania movidas por uma consciência individual eram uma característica marcante dos movimentos dessa época em que as ONGs eram as grandes protagonistas, desempenhando não apenas o papel de confronto e reivindicação, mas o de interlocução e execução de programas. Esses, porém, inseridos muitas vezes em políticas de governo, que com as mudanças a cada eleição, tendem a ser descontinuadas.

Com exceção de algumas causas – por exemplo, a dos trabalhadores rurais, as questões de moradia ou a luta dos professores e funcionários públicos, que mantém a sua forma de ação de maneira semelhante há décadas – percebe-se claramente uma mudança no perfil geral dos movimentos sociais.

Corroboramos com Gohn quando cita Kirschke, afirmando – com base em estudos sobre a nova “cultura política” em diversas partes do mundo – que existe uma relação entre os novos movimentos sociais e as mudanças na cultura cívica, cujos destaques passam a ser

uma maior iniciativa individual e a participação de setores mais jovens; um interesse maior por questões da cultura e da educação no debate político e não apenas pelas questões partidárias; a incorporação da dimensão subjetiva e uma preocupação com o tema da felicidade. (*ibid.*, p. 324-325)

A mudança na estratégia, na organização, nas causas, exige dos movimentos atuais, uma valorização das ações em rede, como Melucci já afirmava desde 1989, e Gohn destaca: “A situação normal do “movimento” hoje é ser uma rede de pequenos grupos imersos na vida cotidiana que requerem um envolvimento pessoal na experimentação e na prática da inovação cultural” (MELUCCI *apud* GOHN, 2006, p. 319). Essa mudança é causada pela transformação na própria humanidade; é um reflexo da pluralidade social, da mudança dos valores que fundamentam a ação social.

As repercussões de tais mudanças sobre o processo de socialização e de construção de vínculos sociais são notáveis: ao ameaçarem a estabilidade dos dispositivos de integração social, as mudanças visíveis na atualidade incidem diretamente sobre as relações entre o indivíduo e o social e, portanto, sobre o processo de construção das identidades pessoais. Não mais assegurado pelas instituições tradicionais, este processo passa a ser construído pelos próprios indivíduos no decurso de suas trajetórias de vida, de maneira sempre contingente. Isso se reflete na multiplicidade de movimentos atuantes na contemporaneidade.

## **Os movimentos culturais: um reflexo da individualização e da proeminência das identidades na ação social**

Após observarmos, brevemente, a trajetória da concepção de movimento social, percebemos que as mudanças na sociedade modificaram também a configuração desses movimentos, trazendo ao contexto uma categoria que não se vincula necessariamente à busca pela resolução de necessidades primárias relacionadas ao contexto social e econômico.

Outros movimentos têm como referência pertencimentos específicos de gênero, raça, idade, opção sexual [*sic.*] e outras que carregam significados culturais, afirmações de identidades, superação de preconceitos, defesa de direitos em outros campos não tão colados à sobrevivência. Poderíamos falar em movimentos culturais, pelo fato dos atores se identificarem, resistirem ou lutarem por identidades culturais específicas? Falar em “novos” movimentos sociais? Outros atores novos e outras motivações, novas ou apenas expostas de formas diferentes? O importante é constatar que a cultura tem sido agregadora a ponto de motivar organizações, movimentos e formas de resistência diversas. Análises diversas têm destacado que os “novos” movimentos sociais partilham um campo cultural comum, assim tensões sociais e orientações culturais são inseparáveis. (ARROYO, 2003, P. 39-40)

O debate sobre as características dos movimentos culturais tem se estendido há um tempo considerável, não somente no campo da sociologia. É possível encontrar registros de discussões no âmbito da antropologia que levantam as mesmas questões. Que características têm os movimentos culturais hoje? São diferentes dos movimentos sociais? Que aportes teóricos eles trazem? Reuniões, grupos de trabalho, encontros científicos na área, tanto em nível nacional como no âmbito da América Latina, buscam contribuir com este debate, diante da multiplicidade de movimentos que articulam e ativam a cultura, questionando ou enfatizando os conhecimentos especializados dos conceitos de cultura e movimento.

A reivindicação de direitos associados à cultura foi agregada aos chamados movimentos sociais clássicos e gerou mudanças, tanto nas práticas dos movimentos quanto nas discussões teóricas, de uma expansão do conceito de cultura que engloba as noções associadas a práticas sócio estéticas, tornando a reivindicação cultural um elemento legítimo de ação no espaço público.

Nesse sentido, os chamados movimentos culturais ancoram uma nova “interface entre cultura e política” (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 11) que, entre outras coisas, nos possibilita repensar as relações entre movimentos culturais e Estado, incluindo a participação ativa nas políticas públicas de cultura; as relações destes movimentos com o mercado, com a ativação de circuitos alternativos de produção e consumo cultural; e diversas formas de ação coletiva.

As abordagens consideram as relações com práticas estéticas, estilos de vida, etnia, religiosidade, juventude, diáspora e os cruzamentos entre essas dimensões. Mostrando exemplos de expressões sócio estéticas que cumprem o papel de elucidar onde os sujeitos se ativam politicamente e defendem seus direitos. Além disso discute-se como a cultura, a música, as danças, as comidas e as mídias sociais se tornam ferramentas para a participação na vida política.

Diante dessa nova configuração dos movimentos é preciso reconfigurar também o nosso olhar enquanto pesquisadores, identificando a necessidade de novos aportes teóricos que busquem dar conta dessas “novidades”. Alguns autores já vêm chamando a atenção para a importância de se pensar até onde a sociologia clássica pode contribuir e a partir de onde é preciso sair de seus limites. A sociologia da primeira modernidade via o processo de concepção dos atores em torno de um programa institucional único e coerente de onde partia a compreensão da ação. Porém, a partir da

década de 1960, teria sido consolidada outra maneira societal de fabricar indivíduos: o processo contemporâneo de individualização. Como consequência disso, a interioridade do sujeito se torna um objeto legítimo e crescente da análise sociológica. Nesse aspecto, abordagens sociológicas que considerem a interdependência entre as instâncias de socialização e as singularidades/pluralidades dos indivíduos (MELUCCI, 2005; DUBET, 1994; LAHIRE, 2002), considerando não somente a individualização, mas também os processos de individuação (MARTUCCELLI, 2007; MARTUCCELLI; SINGLY, 2012; GIDDENS, 2002), podem contribuir consideravelmente nas análises sobre os movimentos culturais e suas potencialidades formadoras, partindo das experiências individuais dos sujeitos que neles atuam.

Essa premissa aguça nosso interesse em investigar o potencial formativo de movimentos culturais e seu impacto nas construções identitárias e nas biografias de jovens atuantes nesses movimentos. Neste sentido, já relacionando as reflexões aqui traçadas com os estudos sobre juventudes, Pais (2003) aponta para a necessidade de refletirmos sobre os problemas ditos como específicos dos jovens – citando alguns: “os problemas de inserção profissional, os problemas de falta de participação social, os problemas de drogas, os problemas de delinquência, os problemas com a escola, os problemas com os pais” – e até que ponto os jovens sentem estes como *seus* problemas. O autor afirma que se queremos decifrar os enigmas dos paradoxos da juventude é preciso refletir sobre os significados compartilhados fazendo três questionamentos: “1. Se os jovens compartilham os mesmos significados; 2. Se, no caso de compartilharem os mesmos significados, o fazem de forma semelhante; 3. A razão por que compartilham ou não, de forma semelhante ou distinta, determinados significados.” (PAIS, 2003, p. 70) São essas variações de compatibilidade de valores e símbolos que dão origem às variedades de juventudes, exigindo do pesquisador a sensibilidade e o critério para observar nas falas de cada jovem as nuances que os diferencia e impossibilita que os vejamos como a categoria única e homogênea. Somente observando o que Pais chama de “contextos vivenciais cotidianos” podemos compreender os sentimentos de pertencimento que os jovens possuem e compartilham, como eles representam seus símbolos e seus valores. Para o autor,

É impossível compreender as culturas juvenis sem entender o significado que, correntemente, os jovens dão às suas ações, às suas atividades cotidianas. Ao fornecer aproximações à realidade social que revelam a forma como esta é socialmente construída, a perspectiva do *quotidiano* deve tomar por base de incidência os contextos vivenciais dos indivíduos, que por sua vez, devem iluminar ou informar os contextos sociológicos (analíticos, interpretativos, explicativos) usados pela teoria. (*ibid.*, p. 76)

Esses símbolos podem ser as expressões utilizadas por esses jovens, seus modos de vestir, seus gestos e tudo o que se alguma forma produz significado. Porém, Pais chama a atenção para a necessidade de distinção entre *universos simbólicos* dos *referentes simbólicos*. Segundo ele, os *universos simbólicos* são as orientações que os jovens usam para nortear suas ações; podem ser definidos como “princípios cognitivos, tácitos ou explícitos, que os indivíduos utilizam no seu dia a dia e que dão sentido à sua vida cotidiana”. Já os *referentes simbólicos* são captados pela sociologia como instrumentos interpretativos ou explicativos; são também princípios cognitivos, porém de um nível diferente, pois também dão um sentido às interpretações que produzem sobre a realidade – seja esse sentido antropológico ou sociológico.

Também entre os estudos sobre educação e juventudes, Dayrell (2007), destaca que “o mundo da cultura aparece como um espaço privilegiado de práticas, representações, símbolos e rituais, no qual os jovens buscam demarcar uma identidade juvenil (DAYRELL, 2007, p. 1110.). Nesse aspecto, a sociabilidade aparece aliada às expressões culturais como dimensões da condição juvenil. Para este autor, para compreender os jovens é preciso levar em conta a dimensão da ‘experiência vivida’, que permite aprender a história como fruto da ação dos sujeitos.

Sendo assim, a investigação sobre os sujeitos em ação nos movimentos culturais, inevitavelmente, a discussão sobre identidades. Ressaltando a importância de se considerar o paradoxo envolvido na configuração da identidade – aquilo que existe de único e aquilo que é partilhado – só pode ser compreendido a partir do elemento que une as duas operações em jogo no processo de construção identitária: a identificação para si e a identificação pelo outro (DUBAR, 2009, p. 13). Aliado a essa concepção há também o aspecto do “reconhecimento”, do qual trata Mische (1997) que é realizado a partir de alguns atributos, como classe, gênero, raça ou nacionalidade. Para ela, tais atributos indicam apenas “identidades *possíveis*, que se tornam visíveis, efetivas e relativamente “fixas” apenas quando reconhecidas publicamente” (MISCHE, 1997, p. 139). Esse aspecto engloba a dimensão intersubjetiva de grupos e redes sociais, a exemplo da escola, do bairro, do trabalho, cada qual com seu repertório próprio de “reconhecimentos coletivos”.

## **Considerações Finais**

Todos os aspectos aqui apresentados – e que precisariam de muito mais espaço para discussão de cada um deles – fundamentam questionamentos que tem nos motivado a pesquisar a respeito dos sujeitos jovens que atuam em movimentos culturais, buscando respostas a perguntas como: Como a participação dos/as jovens em movimentos culturais influencia na sua formação identitária e cultural? Essa atuação influencia em sua experiência escolar? Como esses/as jovens percebem a relação entre sua formação escolar e extraescolar a esses aspectos identitários?

Consideramos que cada indivíduo integra a pluralidade das referências que estão ligadas à sua história e que a sua identidade parte da consciência que se remete ao grupo cultural do qual faz referência nas diferentes situações relacionais. Somos sujeitos partícipes de uma sociedade que está longe de ser homogênea e estável. Nascemos em um mundo com desigualdades, econômicas, com a valorização de determinadas expressões culturais, em detrimento de outras; os sujeitos não têm acesso a todas as experiências formativas que desejam. Porém, a partir de suas experiências do mundo social produzem interpretações, sentidos singulares sobre sua relação com esse mundo. Os/as jovens buscam espaços coletivos onde possam ser reconhecidos em sua singularidade, para criar, para se expressar. Aprendem com a coletividade e levam para ela sua singularidade

Partimos do pressuposto de que é preciso considerar as singularidades mesmo quando estudamos movimentos sociais/culturais, pois ali estão os modos como os indivíduos se constituíram enquanto sujeitos singulares/sociais. É possível – e necessário; e contemporâneo – estudar a coletividade a partir do individual, considerando a importância das referências culturais e o princípio de que as identidades se formam com base nas relações dos sujeitos com os grupos sociais do qual fazem parte. Somente dando voz a esses sujeitos é possível perceber como eles mesmos se identificam dentro do contexto social atual e qual parcela da sua formação pode ser atribuída à escola, à família, aos grupos culturais dos quais participam, já que todos esses segmentos fazem parte da constituição de suas identidades.

Acreditamos que os estudos sobre a educação precisam cada vez mais considerar os diversos processos educativos existentes na sociedade contemporânea, repleta de diversidades, em que os sujeitos são formados e se formam a partir das mais variadas referências culturais.

## Referências Bibliográficas

ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR A. (orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos (novas leituras)**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2001.

ARROYO, M. G. Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos Movimentos Sociais?. **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.

CHARLOT, B.; REIS, R. As relações com os estudos de alunos brasileiros de ensino médio. In: KRAWCZYK, N. (Org.). **Sociologia do Ensino Médio: crítica ao economicismo na política educacional**. São Paulo: Cortez, 2014.

DAYRELL, J.. A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100.pdf>>

DUBAR, C.. **A crise das identidades: a interpretação de uma mutação**. São Paulo: Edusp, 2009.

DUBET, F.. **Sociologia da experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

ELIAS, N.. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

GIDDENS, A.. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOHN, M.G. M.. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 5.ed. Loyola, 2006.

GOLDMAN, M.. Introdução: Políticas e Subjetividades nos "Novos Movimentos Culturais". *Ilha – Revista de Antropologia*. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/issue/view/1433> Acesso em 08/07/2020.

LAHIRE, B.. **O homem plural – os determinantes da ação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTUCCELLI, D.; SINGLY, F. **Las sociologías del individuo**. Santiago: LOM Ediciones, 2012.

MARTUCCELLI, D.. **Gramáticas del individuo**. Buenos Aires: Losada, 2007.

MISCHE, A.. De estudantes a cidadãos: redes jovens e participação política. In. *Revista Brasileira de Educação*. Nos 5/6; p. 134-150; mai./jun./jul./ago./1997.

PAIS, J. M.. **Culturas juvenis**. 2. ed. Lisboa, 2003.

REIS, R. Experiência escolar de jovens/alunos do ensino médio: os sentidos atribuídos à escola e aos estudos. *Educação e Pesquisa*. v. 38, 3, p. 637-652

\* Doudoranda em Educação (UFAL). Mestra em Educação (UFAL). Especialista em Educação em Direitos Humanos e Diversidade (UFAL (2016). Graduação em Pedagogia (UFAL). Membro do Grupo de Pesquisas Juventudes, Culturas e Formação (PPGE/UFAL). Interessa-se por estudos relacionados a juventudes, processos identitários, movimentos culturais, culturas juvenis e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

E-mail: emanuelle.souza@cedu.ufal.br

\*\* Pesquisadora PQ 2 (CNPq), doutora em pela Faculdade de Educação da USP (FEUSP) com pós-doutorado em Educação pela 'Université Sorbonne Paris Nord' - Paris XIII (2016-2017), e pela Universidade Federal de Sergipe (2012). Especialista em Psicopedagogia pela PUC-SP. É líder do grupo de pesquisa Juventudes, Culturas e Formação (CEDU-UFAL), Professora no Centro de Educação UFAL e do Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE/UFAL pela Universidade Federal de Alagoas. Integra a Rede de Pesquisa sobre a relação com o saber (REPERES) dirigida por Bernard Charlot e o Collège International de Recherche Biographique en Éducation (CIRBE, Université Sorbonne Paris Nord, Paris XIII), dirigida por Christine Delory-Momberger.

E-mail: reisroseufal@gmail.com